

Juventudes rurais, territorialidades e Educação do Campo: diálogos teóricos

***Rural youths, territorialities and Rural Education:
theoretical dialogues***

***Juventudes rurales, territorialidades y Educación Rural:
diálogos teóricos***

Rainei Rodrigues Jadejiski

Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Vitória/ES – Brasil

Erineu Foerste

Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Vitória/ES – Brasil

Resumo

O artigo propõe uma reflexão teórica sobre juventudes rurais, territorialidades e Educação do Campo, articulando essas categorias a partir de uma perspectiva crítica e situada. Parte-se do entendimento de que a juventude rural não constitui uma categoria homogênea, mas é um campo marcado por tensões entre pertencimento, mobilidade, exclusão e resistência. As territorialidades juvenis são compreendidas como construções simbólicas e políticas, expressas nos vínculos, nas memórias e nas práticas cotidianas que os jovens desenvolvem em relação aos territórios que habitam e significam. A Educação do Campo é discutida como um projeto político-pedagógico que reconhece os sujeitos do campo em sua diversidade, produzindo sentidos formativos ancorados na realidade. Como contribuição, o texto reafirma a importância de diálogos teóricos que superem leituras naturalizadas e fragmentadas, valorizando as juventudes rurais como sujeitos de direitos, de memória e de futuro.

Palavras-chaves: invisibilidade, multiterritorialidade, pertencimento, políticas públicas, território.

Abstract

This article offers a theoretical reflection on rural youth, territorialities, and Rural Education, articulating these categories from a critical and situated perspective. We understand that rural youth do not constitute a homogeneous category, but rather a field marked by tensions between belonging, mobility, exclusion, and resistance. Youth territorialities are understood as symbolic and political constructions, expressed through the bonds, memories, and everyday practices, which young people develop in relation to the territories they inhabit and imbue with meaning. Rural Education is discussed as a political-pedagogical project that

recognizes rural subjects in their diversity, generating formative processes rooted in reality. As a contribution, the text reaffirms the importance of theoretical dialogues that go beyond naturalized and fragmented interpretations, valuing rural youth as subjects of rights, memory, and future.

Keywords: invisibility, multiterritoriality, belonging, public policies, territory.

Resumen

Este artículo propone una reflexión teórica sobre las juventudes rurales, las territorialidades y la Educación Rural, articulando estas categorías desde una perspectiva crítica y situada. Se parte del entendimiento de que la juventud rural no constituye una categoría homogénea, sino un campo marcado por tensiones entre pertenencia, movilidad, exclusión y resistencia. Las territorialidades juveniles se entienden como construcciones simbólicas y políticas, expresadas en los vínculos, las memorias y las prácticas cotidianas que los jóvenes desarrollan en relación con los territorios que habitan y dotan de significado. La Educación Rural se aborda como un proyecto político-pedagógico que reconoce a los sujetos rurales en su diversidad, generando procesos formativos anclados en la realidad. Como aporte, el texto reafirma la importancia de diálogos teóricos que superen lecturas naturalizadas y fragmentadas, valorando a las juventudes rurales como sujetos de derechos, de memoria y de futuro.

Palabras clave: invisibilidad; multiterritorialidad; pertenencia; políticas públicas; territorio.

1 (Re)iniciando o diálogo

As juventudes rurais, longe de constituírem um grupo homogêneo, expressam modos diversos de viver a juventude no campo, marcados por experiências formativas, por vínculos com os territórios de vivência e circulação cotidiana, bem como por disputas simbólicas e políticas. A pluralidade de trajetórias e sentidos atribuídos à vida no meio rural comprova que o campo não se resume à paisagem física ou à atividade agrícola, ele se configura como território simbólico, afetivo e político em constante transformação.

Nesse cenário, a escola se insere como um dos espaços de mediação entre sujeitos e territórios, ocupando um lugar estratégico na construção de representações sobre o campo, as juventudes e os modos de existir nos territórios rurais.

A Educação do Campo, como projeto político-pedagógico forjado nas lutas dos sujeitos do campo, tem se afirmado como espaço de reconhecimento das juventudes rurais e de seus modos de vida. Ao propor uma formação ancorada nas realidades concretas dos territórios, comprometida com os saberes locais e com os princípios da justiça social, ela tensiona a lógica da educação rural, que é subordinada aos interesses do agronegócio.

Dessa forma, a Educação do Campo é resistência e (re)existência. Pensar sua articulação com as juventudes e os territórios é reconhecer a escola como lugar de encontro e disputa, onde se produzem posicionamentos sociais, constroem-se territorialidades e se

fortalecem pertencimentos e identidades.

É nesse entrelaçamento, que este estudo se inscreve. O texto retoma, aprofunda e atualiza reflexões desenvolvidas na tese de doutorado *Juventudes rurais e territorialidades* (Jadejiski, 2024). A partir de um esforço de triangulação teórica, nosso objetivo é refletir sobre as relações entre juventudes rurais, territorialidades e Educação do Campo, dialogando com autores que têm contribuído para consolidar essas categorias em suas complexidades. Logo, metodologicamente, podemos aproximar este artigo de um estudo de revisão teórica.

O exercício teórico aqui empreendido não busca a exaustividade conceitual. O que fizemos foi colocar os autores em diálogo e provocar aproximações que enriquecem a compreensão das juventudes rurais como sujeitos que produzem, habitam e transformam os territórios, e que são, também, transformados por eles.

Com isso, acreditamos que podemos contribuir para o fortalecimento de abordagens que articulem de forma mais integrada as categorias juventude, território e Educação do Campo, sobretudo no contexto brasileiro.

Em relação à organização deste texto, em sequência a esta introdução, apresentamos uma reflexão sobre a juventude como categoria social plural e relacional, evidenciando os significados atribuídos à condição juvenil no campo. Em seguida, discutimos a noção de território e as territorialidades juvenis, compreendendo-as como produções simbólicas e materiais vinculadas às práticas dos sujeitos. Depois, exploramos os fundamentos político-pedagógicos da Educação do Campo, destacando seu compromisso com a formação enraizada nos territórios e com a valorização das culturas e identidades camponesas. Por fim, encerramos com nossas considerações finais (in)conclusivas.

2 Juventudes rurais e o desafio do reconhecimento

A juventude é uma construção social que ultrapassa os limites da idade cronológica. Dayrell e Carrano (2014) destacam que reduzir os jovens à sua faixa etária é simplificar aspectos simbólicos, culturais, econômicos e sociais que influenciam diretamente a forma como a juventude é vivida e percebida nas diferentes sociedades. Eles enfatizam a concepção plural de juventudes e argumentam que os jovens vivenciam a juventude de maneiras diversas, elaborando modos próprios de ser jovem conforme suas realidades. Trata-se, portanto, de uma categoria em constante transformação, atravessada pelas dinâmicas sociais, culturais e econômicas de cada tempo histórico.

Nessa perspectiva, falamos em juventudes (no plural), pois reconhecemos a diversidade de modos de ser jovem em distintos contextos territoriais. Pluralizar a juventude

significa compreender que os jovens vivenciam realidades múltiplas, marcadas por singularidades e diferenças que se expressam nos mais variados territórios nos quais constroem suas experiências e pertencimentos. Assim, a noção de juventudes se fundamenta na compreensão de que não há uma única forma de viver ou definir o que é ser jovem (Costa; Moreira, 2018; Dayrell; Carrano, 2014; Weisheimer, 2005).

Compreender a juventude como noção relacional e historicamente situada implica em reconhecer que as identidades juvenis não se limitam a categorias fixas, como o local de moradia. No caso das juventudes rurais, nem todos os jovens que vivem no campo se identificam como rurais, e há aqueles que, mesmo residindo em áreas urbanas, mantêm vínculos afetivos, simbólicos e materiais com o rural.

Essas identificações são perpassadas por experiências subjetivas e laços construídos ao longo da vida. Elas se alimentam de elementos cotidianos como as festas comunitárias, as práticas religiosas, a oralidade local, a organização familiar e os vínculos intergeracionais, que, muitas vezes, não encontram espaço de valorização na escola.

Definir juventudes rurais apenas pelo critério geográfico é o mesmo que desconsiderar a complexidade das vivências. Mais do que classificações externas, importa valorizar o autorreconhecimento dos jovens, sustentado nas próprias representações do que é ser jovem e ser rural. A própria noção de “juventude rural” requer problematização. Essa categoria não pode ser utilizada de forma genérica e pouco reflexiva, como se fosse autorreconhecida ou homogênea. Ela carrega em si tensões entre pertencimento e deslocamento, entre o ser do campo e o ser no campo.

Parte da produção acadêmica sobre juventudes rurais, como problematizamos em estudos anteriores (Jadejiski, 2024), ainda recorre à expressão “juventude rural” de maneira genérica, sem tensionar seus limites ou aprofundar os modos como os sujeitos se reconhecem (ou não) nessa condição. Não há uma juventude rural única, e superar essa invisibilidade exige reconhecer os jovens tanto como parte da diversidade quanto como detentores de distintas configurações sociais (Weisheimer, 2015).

Compreender as juventudes rurais também implica em reconhecer que a juventude, como categoria social, é um campo em disputa, tanto simbólica quanto política e institucional, no qual diferentes projetos de sociedade tentam inscrever sentidos sobre o que é ser jovem e sobre quais lugares esses sujeitos devem ocupar. A juventude é constituída em meio a disputas de reconhecimento, regulação e pertencimento, nas quais diferentes instituições sociais, como a escola, o Estado, a família e os meios de comunicação tentam produzir leituras normativas sobre o que é ser jovem, quais espaços devem ocupar e que

formas de vida são legítimas. Essas disputas, como depreendemos da leitura de Bourdieu (2003), mobilizam capitais simbólicos e estruturam desigualdades de acesso ao reconhecimento e à participação.

Essa disputa simbólica também se expressa na forma como as juventudes rurais seguem pouco reconhecidas como sujeitos plenos, capazes de produzir cultura, conhecimento e modos próprios de existir. Como problematiza Weisheimer (2015), os jovens rurais permanecem invisibilizados nas políticas públicas e nas pesquisas, com seus direitos desconsiderados e seus projetos de vida deslegitimados. A ausência de reconhecimento reforça uma lógica que os posiciona à espera de um tempo outro, o da maioria, da profissionalização ou mesmo da migração, esvaziando a potência política de seu presente.

Como destaca Hall (2006), as identidades não são naturais ou fixas, são construções históricas, culturais e discursivas, constantemente reelaboradas em função das experiências, das relações sociais e das condições de enunciação dos sujeitos. No caso das juventudes rurais, essas identidades são produzidas em meio a deslocamentos, silenciamentos e disputas por reconhecimento, o que exige que sejam compreendidas em sua instabilidade e pluralidade, e não como categorias estanques ou meramente demográficas.

A invisibilidade das juventudes rurais também é destacada por Castro *et al.* (2009), que analisam os desafios enfrentados por esses jovens em um país marcado por desigualdades territoriais. Segundo as autoras, carregar as identidades “jovem” e “rural” no Brasil implica, muitas vezes, em estar em desvantagem social, uma vez que o meio rural ainda é associado à precariedade e à ausência de políticas públicas efetivas. Essa desigualdade se manifesta na distribuição de recursos e serviços, mas também no modo como os jovens rurais são representados ou ignorados nas políticas, nas pesquisas e nos currículos escolares.

A ausência de reconhecimento não é apenas simbólica, ela também se traduz em práticas institucionais que perpetuam exclusões. Além disso, a falta de reconhecimento das juventudes rurais como sujeitos políticos e de direitos aprofunda o quadro de exclusão.

Weisheimer (2005) adverte que esses jovens não usufruem plenamente do direito à cidadania, pois permanecem à margem dos processos decisórios que impactam diretamente suas vidas. A negação de direitos, o preconceito e a deslegitimização de suas identidades revelam o quanto ainda precisamos avançar na produção de políticas e práticas que considerem a especificidade e a diversidade das juventudes rurais.

Essa negação contrasta com o que preconiza o Estatuto da Juventude (Brasil, 2013), que reconhece os jovens como sujeitos de direitos, com garantias específicas à educação, à

cultura, ao território, ao trabalho e à participação social. Entretanto, o reconhecimento jurídico ainda não se traduz, de forma equitativa, em políticas públicas voltadas às juventudes rurais, o que evidencia a urgência de ampliar os debates e práticas que considerem suas especificidades e protagonismos.

Nesse prisma, a criação do Comitê Permanente de Promoção de Políticas para as Juventudes do Campo, das Águas e das Florestas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), por meio da Resolução nº 5, de 23 de julho de 2024 (Brasil, 2024) é um avanço importante na institucionalização das demandas históricas dessas juventudes.

A resolução reconhece que as políticas voltadas para os jovens do campo, das águas e das florestas não têm tido a centralidade necessária e propõe a articulação de ações interministeriais que considerem a diversidade territorial, produtiva, cultural e ambiental desses sujeitos. Ainda que recente, essa iniciativa sinaliza um reposicionamento do Estado brasileiro no compromisso com o fortalecimento dessas juventudes como protagonistas das políticas de desenvolvimento rural sustentável e de sucessão geracional no campo.

A recriação do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural (Brasil, 2024), articulada a partir da atuação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, representa outro marco importante nesse processo de reconstrução de políticas públicas voltadas às juventudes rurais.

Fruto de uma construção participativa com movimentos sociais e organizações da sociedade civil, o Plano atualiza estratégias e metas para garantir o acesso à terra, à educação contextualizada, à participação política, ao trabalho e à permanência com dignidade no campo. Ele reafirma que enfrentar a evasão rural e fortalecer a sucessão geracional exige considerar as juventudes como sujeitos de direitos e como protagonistas dos territórios que habitam e transformam. Nesse cenário de retomada institucional, também se faz necessário revisitá-lo modo como a produção acadêmica tem tratado as juventudes rurais ao longo dos anos.

Em mapeamento da produção acadêmica sobre juventudes rurais no Brasil, Weisheimer (2005) já alertava para o uso pouco problematizado dessa categoria e para os limites de abordagens que recorriam a recortes normativos e demográficos. Ainda que reconhecesse avanços no campo, o autor apontava que muitas pesquisas deixavam de considerar os jovens como sujeitos de representação e de ação. Passadas quase duas décadas, esses desafios permanecem: a homogeneização das juventudes, a invisibilidade de suas vozes e a carência de políticas públicas que reconheçam suas experiências como legítimas e diversas.

Ainda que este artigo não aprofunde aspectos relacionados à raça, gênero e sexualidade, reconhecemos que esses marcadores estruturam também as vivências das juventudes rurais e se imbricam às formas de reconhecimento, pertencimento e exclusão em seus territórios.

3 Territorialidades juvenis: práticas, sentidos e vínculos no e com o campo

A juventude não se constitui fora dos territórios que habita, percorre e transforma. Os sentidos de ser jovem no campo estão diretamente ligados às experiências construídas nesses espaços que, longe de serem apenas geográficos, carregam dimensões simbólicas, políticas, afetivas e culturais. Nessa direção, território não é sinônimo de lugar fixo ou de uma área delimitada; é, antes, o conjunto das relações que os sujeitos estabelecem com o espaço e com os outros que nele habitam.

Haesbaert (2004; 2007; 2023) contribui para essa compreensão, ao afirmar que o território deve ser pensado tanto em sua dimensão material e política quanto como uma construção simbólica e relacional. Para o autor, a territorialidade se configura como a maneira como os sujeitos se apropriam do território, imprimindo sobre ele marcas que refletem pertencimentos, afetos, disputas e formas de existência. Nesse prisma, o território é vivido e produzido cotidianamente pelas ações, circulações, memórias e resistências dos sujeitos.

Essa leitura nos leva a compreender as juventudes rurais como produtoras de territorialidades próprias, não apenas por viverem em determinados espaços, mas por atribuírem sentidos a eles. Suas práticas cotidianas, na escola, na comunidade, no trabalho e nas redes são carregadas de experiências que articulam enraizamento e mobilidade, continuidade e ruptura, tradição e invenção. Os jovens rurais, ao transitarem por múltiplos espaços físicos e simbólicos, operam formas particulares de se relacionar com o território. Essa relação não é estática nem isenta de conflitos: envolve negociações cotidianas entre o desejo de permanência e os apelos da mobilidade, entre a valorização da origem e os projetos de futuro, entre as raízes e as redes.

Essa perspectiva se alinha à proposta de Haesbaert (2004; 2007; 2023), para quem o território deve ser visto como espaço político e relacional, marcado por disputas de poder, sentidos e formas de apropriação, que articulam dimensões materiais, simbólicas, afetivas e ecológicas. Mais do que uma entidade fixa, o território é um processo dinâmico, constantemente (re)construído pelas ações dos sujeitos e pelas lutas sociais que nele se inscrevem. Como reforça o autor, “o território é uma construção plural e política, nunca um

dado ou um simples espaço físico ou geográfico" (Haesbaert, 2023, p. 3).

É nesse contexto, que a noção de multiterritorialidade, desenvolvida por Haesbaert (2004; 2007), adquire relevância. Os sujeitos não pertencem a um único território, mas constroem identidades em movimento, conectando-se simultaneamente a diferentes espaços.

As juventudes rurais, por exemplo, podem sentir-se pertencentes à comunidade rural em que vivem, à cidade que frequentam, aos grupos virtuais com os quais se relacionam, ou mesmo à escola como território significativo. Cada um desses espaços contribui para a constituição de seus percursos formativos, afetivos e identitários.

No contexto atual, as redes sociais e os meios digitais têm operado como extensões dos territórios simbólicos das juventudes rurais. Por meio de plataformas como WhatsApp, Instagram ou TikTok, muitos jovens ampliam suas formas de expressão, conectam-se com outros sujeitos e constroem narrativas que articulam as marcas do território com novas linguagens, rompendo com os silêncios historicamente impostos aos jovens que habitam os territórios rurais e constroem suas territorialidades.

As territorialidades juvenis, portanto, não se restringem ao espaço físico do campo. Elas abrangem trajetórias de deslocamento, vínculos construídos em diferentes escalas e sentidos atribuídos a práticas cotidianas que atravessam fronteiras geográficas, sociais e simbólicas. A escola, nesse cenário, pode operar como território de passagem, permanência ou ruptura, dependendo das experiências vividas pelos jovens em seu interior. Em alguns casos, representa continuidade e pertencimento; em outros, afastamento ou negação.

A análise das territorialidades juvenis no campo exige atenção às experiências vividas, às narrativas produzidas e às disputas em torno das representações atribuídas aos espaços. Escutar as juventudes em seus próprios territórios materiais e simbólicos é condição para reconhecer sua centralidade na produção de saberes, pertencimentos e futuros possíveis.

Essa aproximação analítica também nos conduziu à perspectiva qualitativa da pesquisa, comprometida com a escuta e a interpretação dos sentidos construídos pelos sujeitos. A pesquisa em questão se inscreve no campo qualitativo, conforme definido por Lüdke e André (1986), que entendem esse tipo de investigação como um processo interpretativo atento aos significados, relações e contextos.

Mais do que buscar generalizações, a pesquisa qualitativa privilegia a compreensão aprofundada dos fenômenos e dos sujeitos, reconhecendo a complexidade das práticas sociais e educativas. Ao propor um olhar mais atento à pluralidade das juventudes rurais, este estudo busca, justamente, enfrentar esse esvaziamento conceitual, recolocando o debate teórico como ferramenta de escuta e reconhecimento.

4 Educação do Campo como projeto político-pedagógico e espaço de (re)existência

A Educação do Campo é fruto das lutas dos sujeitos do campo e de seus movimentos sociais organizados. Não se limita a uma proposta educativa, constitui-se como projeto político-pedagógico que busca uma outra hegemonia, ao confrontar o modelo de educação rural subordinado à lógica do agronegócio, à homogeneização curricular e à negação das identidades campesinas. Afirma-se, assim, como espaço de resistência, invenção e reconhecimento dos sujeitos do campo como detentores de saberes, histórias e territorialidades.

A emergência da Educação do Campo, conforme aponta Caldart (2009; 2024), está diretamente relacionada às lutas sociais protagonizadas pelos movimentos do campo. Trata-se de um projeto coletivo de reinterpretação da educação a partir da realidade campesina, forjado no enfrentamento à histórica exclusão das populações rurais das políticas educacionais. Como lembram Molina e Sá (2012), esse movimento inaugura uma nova racionalidade político-pedagógica, que desloca o foco da escolarização para o direito à educação vinculada ao território e à produção da vida.

Caldart (2009), Fernandes (2006) e Molina e Sá (2012) sustentam que a Educação do Campo se ancora na valorização dos modos de vida campesinas e na construção de práticas pedagógicas territorializadas. Ao reconhecer o campo como território de vida, trabalho, cultura e luta, ela rompe com a lógica do campo como lugar de atraso ou déficit, historicamente promovida por políticas públicas que tratam os sujeitos do campo como extensão da cidade ou como populações “a serem superadas”.

Ao contrário, a Educação do Campo propõe um fazer pedagógico alicerçado nas realidades locais e voltado à formação crítica, coletiva e emancipatória. Nesse processo, o território deixa de ser apenas o local onde a escola está situada e passa a ser reconhecido como elemento constitutivo do currículo, das relações escolares e das práticas pedagógicas.

Como nos mostra Haesbaert (2004; 2023), o território é um espaço em disputa, carregado de sentidos, afetos e tensões. Quando a escola assume esse território como referência formativa, ela reconhece os sujeitos do campo em sua pluralidade e se compromete com uma educação conectada às vivências, às culturas e às necessidades de suas comunidades.

Fernandes (2006) destaca que a Educação do Campo se constitui como um campo de disputa de projetos sociais, em que espaço e território são categorias centrais para compreender as contradições entre o agronegócio e o campesinato. Para o autor, o território

não é apenas o cenário onde a educação acontece, mas a própria base material e simbólica da luta dos povos do campo por reconhecimento e autonomia.

Assim, pensar a Educação do Campo implica em reconhecer que ela não existe sem território, porque é o território que define a identidade da escola do campo. Essa concepção amplia o sentido político-pedagógico do trabalho educativo, reafirmando que toda prática escolar é também uma prática territorial.

Complementando essa análise, Fernandes (2006) comprehende o espaço agrário como campo de forças em permanente disputa, no qual se expressam as contradições entre o capital e o trabalho, entre o agronegócio e o campesinato. Tal concepção se aproxima das reflexões de Haesbaert (2004; 2023), ao reconhecer o território como construção política e simbólica, marcada por desigualdades e resistências.

A escola do campo, nesse contexto, precisa ser assumida como espaço de fortalecimento dos vínculos territoriais das juventudes. Ao integrar as experiências, os saberes e as trajetórias dos jovens ao processo de escolarização, ela contribui para a construção de pertencimentos e identidades comprometidas com o lugar onde se vive. Mas esse papel não é automático: depende de projetos pedagógicos que valorizem a escuta, o diálogo com as realidades locais e o enfrentamento das desigualdades historicamente impostas aos territórios rurais.

O currículo das escolas do campo, como propõe Arroyo (2011), deve ser compreendido como território de disputa, no qual se confrontam projetos de campo antagônicos: o do agronegócio e o do campesinato. Essa tensão curricular evidencia que a Educação do Campo busca afirmar outras formas de conhecimento, trabalho e vida no campo, em diálogo com as realidades concretas das comunidades.

Uma das experiências formativas que tem operado nessa direção é a pedagogia da alternância, que articula tempos de estudo na escola (tempo escola) e tempos de vivência na família e na comunidade (tempo comunidade) como dimensões indissociáveis da formação. A partir das experiências cotidianas, o estudante reflete sobre seu meio, transforma o vivido em conhecimento e aplica o que aprende em novas situações, num processo contínuo de ação, reflexão e ação que promove uma formação integral e contextualizada.

Ao valorizar os saberes locais, o diálogo intergeracional e a vivência territorializada, essa pedagogia amplia as possibilidades de reconhecimento dos jovens como sujeitos do seu tempo e do seu espaço, em constante diálogo com os desafios do presente.

A relação entre juventudes, escola e território é, portanto, complexa e marcada por tensões. Em muitos territórios, os jovens veem na escola tanto uma possibilidade de

permanência quanto uma promessa de saída do campo. As experiências escolares podem reforçar vínculos, mas também provocar rupturas.

O que a Educação do Campo propõe é justamente tensionar essa dicotomia, oferecendo aos jovens uma formação que não os obrigue a escolher entre permanecer ou partir, mas que os reconheça como sujeitos em movimento, produtores de territorialidades, com projetos de vida possíveis nos espaços que habitam, mas também fora deles.

Mesmo com os avanços alcançados nas últimas décadas, os desafios permanecem. Como observam Molina e Freitas (2011), a consolidação da Educação do Campo como política pública ainda enfrenta entraves relacionados ao financiamento, à formação docente e à institucionalização de práticas pedagógicas contextualizadas. No atual contexto de reestruturação das políticas rurais, torna-se fundamental reafirmar a Educação do Campo como direito e como instrumento de resistência frente à ofensiva de projetos que reforçam a lógica do agronegócio e da privatização da educação.

Ao refletirmos sobre a Educação do Campo, retomamos as discussões anteriores sobre juventudes rurais e territorialidades, para reconhecer que o campo não é apenas um lugar onde se vive, mas um espaço de formação e de construção de identidades em movimento. As práticas educativas enraizadas nos territórios podem potencializar os projetos de vida dos jovens e favorecer novas formas de pertencimento. Nesse sentido, a Educação do Campo se projeta como horizonte político e pedagógico capaz de articular a memória, o trabalho e os sonhos das juventudes, afirmando o campo como território de vida e de futuro.

5 (In)concluindo o debate

O diálogo entre juventudes rurais, territorialidades e Educação do Campo, tal como propusemos neste artigo, permite-nos lançar olhares atentos às experiências de jovens rurais que, cotidianamente, constroem sentidos de pertencimento e produzem formas singulares de viver, resistir e se afirmar em seus territórios. Ao reconhecer a juventude como categoria relacional e situada, tensionamos leituras que a reduzem a uma faixa etária ou a um marcador demográfico e afirmamos a pluralidade de trajetórias e de modos de ser jovem no e com o campo.

Habitar o território, para esses jovens, é também uma forma de o significar: eles circulam por múltiplos espaços e constroem territorialidades que mobilizam afetos, memórias, deslocamentos, redes e saberes. Longe de estarem presos à ideia de enraizamento, as juventudes rurais articulam permanências e movimentos, construindo vínculos com o

lugar, sem abdicar da mobilidade e da (re)invenção. Seus modos de viver o território são também formas de reexistir, de disputar sentidos e de afirmar pertencimentos.

Nesse cenário, a Educação do Campo se coloca como espaço de mediação potente, não porque represente uma solução pronta, mas porque acolhe os sujeitos em sua complexidade e reconhece seus territórios como parte indissociável da formação. Ao se constituir como prática de resistência e (re)existência, ela se distancia das lógicas escolarizantes homogêneas e se aproxima dos projetos de vida e dos mundos que os jovens carregam consigo.

Acreditamos que, ao propor o entrelaçamento teórico entre juventudes rurais, territorialidades e Educação do Campo, este estudo contribui para o avanço das discussões conceituais, sobretudo quando tensiona categorias amplamente utilizadas, mas nem sempre suficientemente articuladas. Desse exercício teórico, resulta a percepção de que juventude, território e Educação do Campo formam dimensões interdependentes da experiência social

Se é urgente escutar as juventudes em seus próprios termos, é igualmente urgente que o campo da educação e das políticas públicas reconheça a centralidade de seus territórios e de seus modos de existir. Em vez de apenas incluir os jovens rurais em categorias já estabelecidas, é necessário construir, com eles, outras gramáticas de pertencimento, de saber e de educação.

Referências

ARROYO, M. G. *Curriculum, território em disputa*. Petrópolis: Vozes, 2011.

BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Lisboa: Fim de Século, 2003.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Resolução n. 5, de 23 de julho de 2024. Cria o Comitê Permanente de Promoção de Políticas para as Juventudes do Campo, das Águas e das Florestas. *In: Diário Oficial da União*, 24 de julho de 2024. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-5-de-23-de-julho-de-2024-574010733>. Acesso em: 2 ago. 2025.

BRASIL. *Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013*. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - Sinajuve. Brasília, DF: Presidência da República, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 2 ago. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. *Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural*. Brasília, DF: MDA. Secretaria-Geral da Presidência da República, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/cartilha/PlanoNacionaldeJuventudeeSucessoRural2024.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2025.

CALDART, R. S. Educação do Campo: notas para uma análise de percurso. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 7 n. 1, p. 35-64, mar./jun., 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462009000100003>.

CALDART, R. S. Educação do Campo 25 anos: legado político-pedagógico: Rural Education 25 years: political-pedagogical legacy. *Revista Cocar*, n. 33, p. 1-15, 2024. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/9788>. Acesso em: 5 jun. 2025.

CASTRO, E. G. de et al.. de. *Os jovens estão indo embora?: juventude rural e a construção de um ator político*. Rio de Janeiro; Seropédica: Mauad X; Edur, 2009.

COSTA, A. F. de S.; MOREIRA, M. I. C. *Juventudes rurais no Brasil*: um estado da arte (2006-2016). Curitiba: CRV, 2018.

DAYRELL, J.; CARRANO, P. Juventude e ensino médio: quem é este aluno que chega à escola. In: DAYRELL, J.; CARRANO, P.; MAIA, C. L. (Orgs.). *Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 101-133.

FERNANDES, B. M. Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, M. C. *Educação do Campo e pesquisa: questões para reflexão*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006, p. 27-39.

JADEJSKI, R. R. *Juventudes rurais e territorialidades*. 215 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/server/api/core/bitstreams/87c82cc2-76b1-4d44-bd81-ac94101fe7a1/content>. Acesso em: 27 out. 2025.

MOLINA, M. C.; SÁ, L. M. Escola do Campo. In: CALDART, R. S. et al. (Orgs.). *Dicionário de Educação do Campo*. 2.ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.

MOLINA, M. C.; FREITAS, H. C. de A. Avanços e desafios na construção da Educação do Campo. *Em Aberto*, Brasília, v. 24, n. 85, p. 17-31, abr. 2011. Disponível em: <https://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/download/3082/2817/>. Acesso em: 2 ago. 2025.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, v. 9, n. 17, p. 19-46, 2007. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2007.v9i17.a13531>.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. Território. *GEOgraphia*, v. 25, n. 55, p. 1-7, 2023. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2023.v25i55.a61073>.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LÜDKE, M; ANDRÉ, M. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

WEISHEIMER, N. *Juventudes rurais: mapa de estudos recentes*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

WEISHEIMER, N. Sobre a invisibilidade social das juventudes rurais. *Juventude.br*, p. 93-96, 2015. Disponível em:
<https://juventudebr.emnuvens.com.br/juventudebr/article/view/229>. Acesso em: 2 ago. 2025.

Revisão textual: Dayse Ventura Arosa

Submetido em: 02/08/2025